

Coleção
Direito e Literatura
Volume II

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Organização

ANAIS
I SIMPÓSIO DE
DIREITO & LITERATURA

ANAIS
I SIMPÓSIO DE DIREITO & LITERATURA

Volume II

Florianópolis, 2011

Luis Carlos Cancellier de Olivo
Organização

ANAIS
I SIMPÓSIO DE DIREITO & LITERATURA

Volume II

Fundação Boiteux
Florianópolis
2011

Copyright © 2011 Luis Carlos Cancellier de Olivo

FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX

Presidente do Conselho Editorial

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Conselho Editorial

Antônio Carlos Wolkmer

Eduardo de Avelar Lamy

Horácio Wanderley Rodrigues

João dos Passos Martins Neto

José Isaac Pilati

José Rubens Morato Leite

UFSC – CCJ – 2ª andar

Campus Universitário – Trindade – Caixa Postal 6510 – sala 216

CEP 88.036-970 – Florianópolis/SC – Fone: (48) 3233-0390

livraria@funjab.ufsc.br

www.funjab.ufsc.br

REVISÃO EM PORTUGUÊS:

Denise Aparecida Bunn

Patricia Regina da Costa

Sergio Meira

patycos21@hotmail.com

EDITORAÇÃO:

Annye Cristiny Tessaro (Lagoa Editora)

annye@lagoaeditora.com.br

IMPRESSÃO:

Gráfica Copiart

CAPA:

Maria Lucia Teixeira Silva Iaczinski

(Editora UFSC)

FICHA CATALOGRÁFICA

S612a Simpósio de Direito e Literatura (1. : 2010 : Florianópolis, SC)
Anais [do] I Simpósio de Direito e Literatura; Luis Carlos Cancellier
de Olivo, org. – Florianópolis : Fundação Boiteux, 2011.
244p. – (Direito e Literatura, v. 2)

Inclui bibliografia

ISSN: 2237-3284

1. Direito e Literatura. 2. Direito – Filosofia. 3. Literatura – História e crítica. I. Olivo, Luis Carlos Cancellier de. I. Título.

CDU: 34:82

SUMÁRIO

O AUTO DA COMPADECIDA E O DIREITO: UM ESTUDO JURÍDICO-ARMORIAL	13
<hr/> <i>Luiz Gustavo Vieira Santos</i>	
O DIREITO NA OBRA <i>ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ</i> : O CONCEITO DE LIBERDADE EM SARAMAGO	42
<hr/> <i>Louise Pedro Bom</i>	
DIREITO E LITERATURA: O RETRATO DO DIREITO DE FAMÍLIA, NOS CONTOS DE DALTON TREVISAN	53
<hr/> <i>Ricardo Reis Messaggi e Ana Cecília Parodi</i>	
DIREITO E LITERATURA: A FAMÍLIA NOS CONTOS DE NELSON RODRIGUES	78
<hr/> <i>Ricardo Reis e Carlyle Popp</i>	
A CONSTRUÇÃO OBJETIVA DE SÃO BERNARDO: DA CRÍTICA À PRÁTICA JURÍDICA ATÉ INFLUÊNCIAS TEÓRICAS	103
<hr/> <i>Matheus fernando Silveira e Nicolle Feller</i>	
INTERVENCIÓNISMO ESTATAL E PRÁTICAS REGULATÓRIAS EM MANHATTAN TRANSFER	117
<hr/> <i>Guilherme Ricken</i>	
JÚLIO VERNE SOB A PERSPECTIVA DA CIÊNCIA JURÍDICA	129
<hr/> <i>Jéssica Maibuk, Agatha Cristine Depiné e Josemar Sidinei Soares</i>	
O CAÇADOR DE PIPAS: EM BUSCA DO CONTEÚDO JURÍDICO DA SOLIDARIEDADE	139
<hr/> <i>Cassio Prudente Vieira Leite e Felipe Miguel de Souza</i>	
DAR VOZ AOS OSSOS: JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A POESIA DE JULIÁN AXAT	158
<hr/> <i>Pádua Fernandes</i>	
BARTLEBY, A MORAL SOB A TEXTURA DA ERA MODERNA	173
<hr/> <i>Katerina Pitasse Fragoso</i>	
VIDAS SECAS E O MST: UMA FUGA LEGÍTIMA PARA A SOBREVIVÊNCIA	183
<hr/> <i>Rodrigo A. Sartori</i>	

O DIREITO EM MAX HAVELAAR – UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIREITO PÚBLICO E ECONOMIA NA OBRA DE MULTATULI	196
<hr/>	
<i>Ricardo Pedro Bom Filho</i>	
A DESOBEDIÊNCIA CIVIL E O TRANSCENDENTALISMO DA NOVA INGLATERRA: UMA LEITURA HISTÓRICO-LITERÁRIA DA FILOSOFIA DA MORAL E DO DIREITO A PARTIR DE EMERSON E THOREAU	209
<hr/>	
<i>Fernando Nagib Coelho</i>	
O DIREITO NO PAÍS DAS MARAVILHAS	222
<hr/>	
<i>Paulo Ferrareze Filho</i>	
SOBRE OS AUTORES	242
<hr/>	

NOTA EXPLICATIVA

A Coleção *Direito e Literatura* publica, sob o patrocínio da FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – os estudos mais recentes sobre esta nova linha de pesquisa que busca estabelecer as conexões entre os dois campos do conhecimento.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, desde o ano de 2007, os acadêmicos do curso de Direito voltados a estes estudos participam do programa PIBIC – Programa de Iniciação Científica, vinculado ao CNPq.

Na perspectiva dos novos direitos, desde o ano de 2009 o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFSC vem oferecendo a disciplina *Seminário de Direito e Literatura* e sua produção acadêmica está registrada nesta *Coleção*.

Do mesmo modo o Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura é certificado pela UFSC junto ao Diretório Nacional de Grupos de Pesquisas do CNPq, tendo realizado, no ano de 2010, o Simpósio *Direito e Literatura*, que contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais dedicados ao tema e cujos anais integram a presente publicação.

A edição da *Coleção* pela Editora da Fundação José Arthur Boiteux procura atender os rigorosos critérios estabelecidos pela CAPES, a partir de sua avaliação trienal (2010), que definiu o Roteiro de Classificação de Livros e Publicações para a área de Direito.

A *Coleção*, financiada com recursos públicos, está inteiramente disponível para pesquisa nos endereços eletrônicos do PPGD e da Fundação José Arthur Boiteux.

Luis Carlos Cancellier de Olivo
Coordenador da Coleção

APRESENTAÇÃO

Edgard Morin destaca que a grande relevância da educação seria ir muito além da informação quantitativa, viabilizando a transferência existencial do conhecimento, visto como uma sapiência incorporada à vida, em seu sentido amplo, não meramente escolar. Na sua profunda e perspicaz visão, a cultura de humanidades exposta na literatura, e nas outras artes em geral, espelha uma união permanente entre o conhecimento científico, o histórico, o religioso, o ético e o jurídico. Através da leitura de um bom romance, podemos acessar, artificialmente, esferas da complexa subjetividade humana que jamais serão conhecidas em nossa vida concreta. Esta, na maioria das vezes, não nos permite diferenciar aquilo que é aparente daquilo que é essencial e profundo. Em termos humanos, não conseguimos, linguisticamente, sair de nós mesmos.

A literatura simula uma espécie de meta-vivência, que nos faz adentrar nas esferas mais íntimas da consciência humana, expondo nossas fraquezas e nossas qualidades, nossa capacidade de amar e odiar ao próximo. Precisamos da ficção para compreender melhor o real, que permanece dissimulado pelas representações sociais dominantes. Vários temas que envolvem o jurídico, como o problema da liberdade, da justiça, da moralidade e do poder adentram na profundidade dessa subjetividade, tão ambígua e não reduzível a simplificações maniqueístas presentes nas grandes dicotomias jurídicas. Mas esta perspectiva, muitas vezes, é esquecida em uma leitura dogmática jurídica superficial e distorcida, exclusivamente voltada para a manutenção do status quo dominante, baseada na aceitação acrítica da norma posta, que a torna indiferente e cega às questões humanas emergentes. Este volume traz uma excepcional e inovadora proposta de mostrar como é possível desenvolver uma cultura de humanidades no campo de estudo crítico do Direito, de forma consistente.

Volume 2

Os trabalhos apresentados no I Simpósio de Direito & Literatura publicados neste segundo volume refletem a preocupações dos seus autores em identificar pontos de conexão entre as duas disciplinas, tomando por base obras clássicas da literatura brasileira e internacional.

O primeiro texto, "O Auto da Compadecida e o direito: um estudo jurídico-armorial", de Luiz Gustavo Vieira Santos, apresenta um exercício de interpretação baseado na obra de Ariano Suassuna, com ênfase na construção da estrutura político-social do país, a partir de temas como o sertanejo, o individualismo e relações patriarcais.

Já "O direito na obra ensaio sobre a lucidez: o conceito de liberdade em Saramago", de Louise Pedro Bom, estabelece um diálogo entre Direito e Literatura, com o objetivo de identificar o conceito de liberdade naquela obra.

"Direito e literatura: o retrato do direito de família, nos contos de Dalton Trevisan", de Ricardo Reis Messaggi e Ana Cecília Parodi, aborda a temática das relações familiares oficiais e extraoficiais, na obra *A guerra conjugal*, do autor curitibano.

Ricardo Reis Messaggi e Carlyle Popp, em "Direito e literatura: a família nos contos de Nelson Rodrigues", estudam, a partir da conexão entre os dois campos de conhecimento, os aspectos principais da linha evolutiva do Direito de Família, a vida e obra de Nelson Rodrigues e procura relacionar os contos produzidos pelo autor com o Direito de Família Brasileiro.

"A construção objetiva de São Bernardo: da crítica à prática jurídica até influências teóricas", de Matheus Fernando Silveira e Nicolle Feller, analisa a obra de Graciliano Ramos, de modo a aproximar os mundos literário e jurídico, com o objetivo de mostrar a relação que a ascensão social do protagonista tem com o nascente capitalismo liberal no País e o seu reflexo no código civil vigente na época.

A construção do Estado interventor na obra de John dos Passos, em uma perspectiva transdisciplinar e pluralista é o objeto de "Intervencionismo estatal e práticas regulatórias em Manhattan Transfer", de Guilherme Ricken.

"Júlio Verne sob a perspectiva da ciência jurídica", de Jéssica Maibuk, Agatha Cristine Depiné e Josemar Sidinei Soares, estuda as relações entre a Ciência Jurídica e a ciência na obra *Viagem ao Centro da Terra*, de Júlio Verne.

A partir das experiências vividas pelos personagens da obra de Khaled Hosseini, "O caçador de pipas: em busca do conteúdo jurídico da solidariedade", de Cassio Prudente Vieira Leite e Felipe Miguel de Souza é um trabalho de hermenêutica jurídica, que investiga o conteúdo jurídico da solidariedade.

Pádua Fernandes aborda a literatura de testemunho encontrada na obra do poeta argentino contemporâneo Julián Axat, que representa a justiça de transição por meio do direito à memória e à verdade, em "Dar voz aos ossos: justiça de transição e a poesia de Julián Axat".

A história do escrivão Bartleby, personagem de Herman Melville, é estudada por Katarina Pitasse Fragoso, em "Bartleby, a moral sob a textura da era moderna", problematizando as questões morais do século XXI para relacioná-las com a nova identidade moral e jurídica pós-moderna.

"Vidas secas e o MST: uma fuga legítima para a sobrevivência", de Rodrigo A. Sartoti, analisa o romance de Graciliano Ramos, relacionando-o com a questão dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Ricardo Pedro Bom Filho, em "O direito em Max Havelaar – um estudo sobre a relação entre direito público e economia na obra de Multatuli", enfoca questões sobre direito público ligadas aos interesses econômicos extraídas da obra *Max Havelaar*, de Eduard Douwes Dekker (Multatuli).

Já em "A desobediência civil e o transcendentalismo da Nova Inglaterra: uma leitura histórico-literária da filosofia da moral e do direito a partir de Emerson e Thoreau", Fernando Nagib Coelho debate as principais correntes filosóficas do século XIX na perspectiva do liberalismo fundante do pensamento político e jurídico norte-americano.

"O direito no país das maravilhas", de Paulo Ferrareze Filho, que tem como referência a obra de Lewis Carroll, busca analogias que podem se constituir como importantes pistas para que o Direito se torne uma possibilidade de resolução dos conflitos sociais, em especial por meio da mediação.

A leitura desta obra é um convite a adentrarmos em esferas subjetivas profundas, a fim de vermos, no campo educacional jurídico, como é possível incorporar conhecimento e existência. Conhecer também é criar, é se sensibilizar diante do humano, é ter a capacidade de reconstruir aquele que pensa e que estuda. No mundo jurídico, esta reflexão não tem apenas uma importância teórica, mas, principalmente, prática e existencial.

Mara Regina de Oliveira

Mestre e Doutora em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC). Professora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Na sua profunda e perspicaz visão, a cultura de humanidades exposta na literatura, e nas outras artes em geral, espelha uma união permanente entre o conhecimento científico, o histórico, o religioso, o ético e o jurídico. Através da leitura de um bom romance, podemos acessar, artificialmente, esferas da complexa subjetividade humana que jamais serão conhecidas em nossa vida concreta.